



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA – CAMPUS I  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ERICA GOMES OLIVEIRA**

**REVISANDO PERIÓDICOS DA REVISTA INCLUSIONES: 10 ANOS APÓS A  
CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2019**

ERICA GOMES OLIVEIRA

**REVISANDO PERIODICOS DA REVISTA INCLUSIONES: 10 ANOS APÓS A  
CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM  
DEFICIENCIA**

Trabalho de conclusão de curso em forma de artigo apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado (a) em Pedagogia.

**Área de concentração:** Educação especial.

**Orientadora:** Dra. Marta Lucia de Souza Celino

**CAMPINA GRANDE – PB  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48r Oliveira, Erica Gomes.  
Revisando periódicos da Revista Inclusiones [manuscrito] :  
10 anos após a convenção internacional dos direitos das  
pessoas com deficiência / Erica Gomes Oliveira. - 2019.  
23 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Educação , 2019.  
"Orientação : Profa. Dra. Marta Lucia de Souza Celino ,  
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."  
1. Deficiência Intelectual. 2. Educação especial. 3.  
Educação inclusiva. 4. Deficiência. I. Título  
21. ed. CDD 371.9

ERICA GOMES OLIVEIRA

**REVISANDO PERIODICOS DA REVISTA INCLUSIONES: 10 ANOS APÓS A  
CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM  
DEFICIENCIA**

Trabalho de conclusão de curso em forma de artigo apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado (a) em Pedagogia.

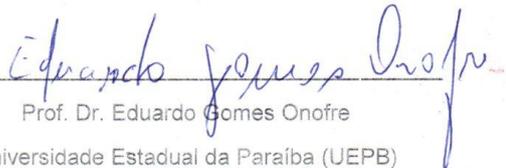
**Área de concentração:** Educação especial.

Aprovada em: 05/12/2019

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dra. Marta Lúcia de Souza Celino (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Soraya Maria Barros de Almeida Brandão  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico ao autor da minha vida, a ele toda honra, toda glória e todo louvor, porque dele e por ele são todas as coisas.

Temos o direito de ser igual, sempre que a diferença nos inferioriza. Temos o direito de ser diferentes, sempre que a igualdade nos descaracteriza.

(Boaventura Souza Santos)

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Artigo I selecionado na Revista Inclusiones.....	19
Tabela 2: Artigo II selecionado na Revista Inclusiones.....	22
Tabela 3: Artigo III selecionado na Revista Inclusiones.....	25

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

ONU – Organização das Nações Unidas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	9
2. LEIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA .....	10
3. METODOLOGIA.....	13
4. RESULTADO E DISCUSSÃO .....	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	20
REFERENCIAS.....	21

# REVISANDO PERIÓDICOS DA REVISTA INCLUSIONES: 10 ANOS APÓS A CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

OLIVEIRA, Érica Gomes de.<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal analisar o que os periódicos da Revista Inclusiones trazem sobre a educação especial e inclusiva dentro do ambiente escolar no ano de 2016. Para alcançar tal objetivo, realizamos uma pesquisa bibliográfica de três artigos da Revista Inclusiones do ano de 2016 que abordem o tema educação especial e inclusiva na educação escolar baseada na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência após seus 10 anos de vigor. Os principais resultados revelaram que apesar de 10 anos de vigor da Convenção Internacional, ainda há bastante barreiras a serem quebradas para termos uma educação especial e inclusiva igualitária e com qualidade. Portanto, conclui-se que os artigos apresentados apresentam uma influência da Convenção Internacional mesmo que de maneira implícita, pois falam sobre adaptação em sala de aula, capacitação de professores e trabalhar com as habilidades e capacidades dos alunos.

**Palavras-Chave:** Educação Especial e Inclusiva. Deficiência intelectual. Deficiência auditiva. Deficiência visual.

## ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze what Inclusiones Journals bring about special and inclusive education within the school environment in 2016. To achieve this goal, we conducted a bibliographic search of three articles from the Inclusiones Magazine of 2016. That address the theme of special and inclusive education in school education based on the International Convention on the Rights of Persons with Disabilities after its 10 years of effect. The main results revealed that despite the 10 years of the International Convention, there are still enough barriers to break in order to have an equal and quality special and inclusive education. Therefore, it is concluded that the articles presented present an influence of the International Convention even if implicitly, as they talk about classroom adaptation, teacher training and working with students' skills and abilities.

**Keywords:** Special and Inclusive Education. Intellectual disability. Hearing deficiency. Visual impairment.

---

<sup>1</sup> Email: ericago338@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais muito se tem falado em educação especial e inclusiva, principalmente por causa das novas leis e movimentos para que o processo de inclusão seja algo igualitário. Porém, sabemos que as escolas ainda têm muito que evoluir no que diz respeito a esse assunto, não só para acolher alunos com deficiência visual ou auditiva, mas alunos com outros tipos de deficiência, tendo há necessidade de capacitação de professores e em fazer adaptações para melhor receber esses alunos.

Sabemos que uma educação de qualidade é bastante importante para termos cidadãos críticos e reflexivos na sociedade, porém, os educadores enfrentam dificuldades tanto em relação a sua formação inicial que não prepara para trabalhar com alunos com deficiência e a escola que acaba não oferecendo recursos adequados para a realização de atividades que possa incluir todos os alunos.

Compreendemos que a educação e o direito de frequentar as escolas está garantido em diversas leis, inclusive na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) trazendo em seu documento oficial, um artigo específico sobre a educação, afirmando e garantido os direitos das pessoas com deficiência de ter um ensino gratuito e de qualidade em toda sua vida.

Diante deste contexto, se torna importante questionar: O que mostram as publicações da Revista Inclusiones a respeito das produções científicas no campo da educação especial inclusiva No ambiente escolar, após 10 anos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência?

Considerando 10 anos da Convenção Internacional em 2016, bem como as possíveis contribuições dentro do ambiente escolar no desenvolvimento dos alunos com deficiência, surge a necessidade de um estudo que tenha como finalidade investigar as publicações sobre o ensino de alunos com deficiência no ano de 2016 na Revista Inclusiones para que possamos compreender as especificidades de cada estudo e se realmente a Convenção Internacional está sendo cumprida. Mas, para responder as questões da pesquisa foram propostos os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- Analisar o que os periódicos da Revista Inclusiones trazem sobre a educação especial e inclusiva dentro do ambiente escolar no ano de 2016.

Objetivos Específicos:

- Identificar quais foram as deficiências abordadas em sala de aula e quais foram os métodos trabalhados para o processo de ensino e aprendizagem;
- Refletir sobre os 10 anos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no ambiente escolar.

Para concretização desta pesquisa recorreremos a utilização de uma pesquisa bibliográfica sobre a educação especial e inclusiva dentro das escolas no ano de 2016 na Revista Inclusiones. Entendemos por pesquisa bibliográfica, a pesquisa que tem como objetivo analisar, recolher e discutir informações de um determinado artigo, periódico, livros ou outros materiais, com o objetivo de procurar responder uma determinada dúvida.

A fundamentação teórica que oferece sustentação a esse estudo foi constituída e organizada como segundo capítulo, onde analisamos os documentos oficiais sobre a educação especial e inclusiva desde seus primeiros documentos mundiais até os últimos lançados no ano de 2019.

O terceiro capítulo destina-se a metodologia que vai ser utilizada na apresentação do nosso campo de investigação e o percurso metodológico transcorrido no atendimento do objetivo da pesquisa.

O quarto capítulo trata-se dos resultados e discussão a respeito das produções científicas constantes nos periódicos da Revista Inclusiones que abordam a educação inclusiva dentro do ambiente escolar nos 10 últimos e nesse capítulo serão apresentadas as análises, a partir dos dados coletados, fundamentando nossas ideias, sempre que possível, e uma relação entre discurso e prática no processo de inclusão de alunos com deficiência.

No quinto capítulo temos as considerações finais, onde procuramos apontar as projeções para as possibilidades diante da situação de inclusão de estudantes com deficiência dentro do ambiente escolar após os 10 anos da convenção internacional.

## **2 LEIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**

A educação especial e inclusiva vem ganhando mais garantias dentro do ambiente escolar e na sociedade. Isso ocorreu com uma maior força no fim do século XX, a partir da Declaração Mundial de Educação Para Todos em 1990, sendo este um documento internacional que apresentou uma atenção para pessoas com deficiência.

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (UNESCO, 1990, on-line)

Note que na Declaração Mundial de Educação Para Todos traz que as pessoas com deficiência deviam ter as mesmas garantias de acesso à educação, fazendo com que os países começassem a ter um olhar para esses alunos, reduzindo assim uma desigualdade na universalização da educação.

Em 1994, temos a Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, onde é apresentado as diretrizes para que todos os países pudessem criar políticas públicas para incluir dentro do sistema educacional as pessoas com deficiência, trazendo como formular e reformular as políticas públicas.

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. (UNESCO, 1994, on-line)

Com isso, percebemos que na Declaração de Salamanca a inclusão não é somente de estudantes com deficiência, mas para todos que por algum motivo sofre exclusão. Logo é apresentado as diretrizes para incluir todas essas pessoas dentro do ambiente escolar, mostrando também que apesar de ser um grande desafio para o sistema escolar, ela deve se adaptar aos alunos para que assim tenha uma inclusão e uma educação de qualidade.

No Brasil, em 1996, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, - onde é apresentado um capítulo sobre a educação especial e inclusiva, trazendo algumas garantias para as pessoas com deficiência dentro do ambiente escolar.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996, on-line)

Dentro desse capítulo, podemos observar o atendimento educacional, a oferta de ensino desde a educação infantil e no decorrer do longo da vida, currículo, métodos de ensino, recursos, professores capacitados e muito mais para atender as necessidades dos estudantes.

No ano de 2001, foi apresentada as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, foi instituída pela resolução nº 02/2001. Nessas diretrizes podemos observar que o aluno com deficiência passou a não ser visto como um problema, onde era exigido esse aluno se ajustar em um padrão, mas que a escola e instituições de ensino devem construir condições para atender adequadamente todos os alunos.

Como se vê, trata-se de um conceito amplo: em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar, no aluno, a origem de um problema, define-se pelo tipo de respostas educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deva, ajustar-se a padrões de "normalidade" para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos; (BRASIL, 2001, p. 33)

Com isso, as Diretrizes Nacionais da Educação Especial apresentam um importante papel para inclusão dos alunos com deficiência dentro do ambiente escolar, mostrando que o ensino deve ser voltado para as habilidades e capacidades dos alunos e não focando na deficiência. Trazendo, também, como organizar os sistemas de ensino para o atendimento aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, como operacionalizar os sistemas de ensino, o currículo e as etapas de escolarização desses alunos.

Ainda no ano de 2001, temos o Decreto nº 3956/2001, que promulgou a Convenção de Guatemala (1999), apresentando e afirmando que como os demais cidadãos, a pessoa com deficiência tem os mesmos direitos. Nesse sentido, define como discriminação toda e qualquer forma de diferenciação ou exclusão que impeça ou anule seus direitos.

No ano seguinte, 2002, promulgou-se a Lei 10.436/02 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – como um meio legal de expressão e comunicação e ainda inclui a LIBRAS no currículo dos cursos de licenciatura e de fonoaudiologia, sendo um grande avanço para a comunidade surda.

Em 2004, houve a implementação do Programa Brasil Acessível, Decreto nº 5296/04, que estabelece normas e critérios para acessibilidade das pessoas com deficiência e, no ano de 2005, temos o Decreto nº 5626/05 que regulamenta a lei nº 10436/02 para uma maior inclusão dos alunos surdos.

Já no ano de 2006 ocorreu a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, sendo organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) onde reuniu vários países, incluindo o Brasil, com o objetivo de “proteger e garantir o total e igual acesso a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, além de promover o respeito à sua dignidade”. (ONU, 2006, on-line)

A Convenção teve como o tema: “Nada Sobre Nós, Sem Nós” onde mesmo sendo um texto do ano de 2006 é de suma importância na atualidade, onde apresenta aspectos técnico e jurídico e tem a visão de que as pessoas com deficiência são as que sabem o que é melhor para elas e então devem ser ouvidas e incluídas em todas as ações que as envolvam, sendo um avanço e uma conquista para todas essas pessoas.

Vale ressaltar, que pela primeira vez a sociedade civil participou da elaboração da Convenção se deu voz aos seus destinatários, que puderam expor suas reivindicações e necessidades. Tudo isso, ocorreu em tempo considerado recorde no período de 2002 a 2006. Quando foi ouvida as pessoas que realmente se endereçava a convecção, podemos ver um melhor resultado e contribuição para todos os âmbitos de sua vida.

Após a Convenção, podemos perceber um maior avanço na inclusão das pessoas com deficiência e, na área de educação, muitas outras leis foram sendo criadas baseadas neste documento assinado pelos países. Esta convenção a mais rápida em ratificação em 160 países se tratando dos direitos humanos.

A Convenção Internacional sobre o Direitos das Pessoas com deficiência representa um documento sólido que promove a proteção e a segurança dos direitos humanos das pessoas com deficiência, dentro deste documento temos um artigo voltando somente para a educação onde reconhecem o direito das pessoas com deficiência de ter uma educação com qualidade.

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:

- a. O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;
- b. O máximo desenvolvimento possível da personalidade, dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;
- c. A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre (BRASIL, 2007, p.28)

Neste momento, os direitos das pessoas com deficiência na educação ganharam ainda mais garantias, trazendo em um documento oficial a garantia de uma educação gratuita e de qualidade, além de trabalhar com o potencial do aluno e assim fazer com que tenha um maior desenvolvimento dentro da sala de aula.

Ainda no ano de 2007, temos o Decreto nº 6.094/07 que estabelece o atendimento regular especializado para as pessoas com necessidade educativas

especiais. No ano seguinte foi apresentado o decreto nº 6.571/08, que traz as diretrizes para a implementação desses atendimentos.

A Lei nº 13.116, a mais recente lei na educação especial e inclusiva, aprovada no ano de 2015, foi denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – também é conhecida como Estatuto da Pessoa com deficiência. Essa lei traz em seu delineamento medidas para uma garantia de acesso à saúde, educação, trabalho, cultura, lazer, informação, entre outros.

A lei 13.116/2015 alterou algumas leis existentes para adaptá-las à Convenção Internacional, sendo algumas dessas alterações no código eleitoral, código de defesa do consumidor, consolidação das leis do trabalho, entre outros. Vale ressaltar que a LBI não é um agrupamento de leis, mais um documento que caminha junto da Convenção Internacional, trazendo garantia em relação aos direitos humanos.

Ressaltamos que os documentos mencionados são importantes para assegurar o direito às pessoas com deficiência, para que tenhamos uma educação com qualidade para todas as pessoas, a partir da educação infantil e se prolongando ao longo da vida. Com efeito, as legislações citadas mostram, ainda, que o trabalho com a educação deve focar nas habilidades de cada aluno e não na deficiência, sendo importante o conhecimento das leis para compreender todas as melhorias que vem acontecendo. Apesar de ser algo ainda muito singelo, tais documentos precisam ser debatidos e fiscalizados para termos uma educação especial e inclusiva realmente funcionando e com a garantia de qualidade e igualdade para todos.

### **3 METODOLOGIA**

O presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica dos periódicos da Revista Inclusiones no ano de 2016. Foi escolhido esse ano por ser 10 anos após a Convenção Internacional dos direitos das pessoas com deficiência. Essa pesquisa refere-se às pessoas com deficiência dentro do âmbito escolar, para assim conseguirmos ver o que aconteceu dentro das escolas depois da Convenção.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Com isso, vamos analisar e discutir três artigos encontrados na Revista Inclusiones, no ano de 2016, que abordam pessoas com deficiência na educação básica, sendo um artigo do periódico volume 3, número 1, de janeiro a março; um artigo do periódico volume 3, número 2, de abril a junho e o último artigo do periódico volume 3 número 3 de julho a setembro. Não encontramos nenhum artigo que trabalhasse com essas abordagens nas revistas de outubro a dezembro, número especial arquipélago, número especial argentina, número especial julho e número especial colômbia.

Devemos ressaltar que dentro desses periódicos encontramos diversos outros artigos que discorrem sobre pessoas com deficiência, porém se debruçam sobre as

deficiências. Nesse caso, não se encaixavam na nossa pesquisa, em face desta enfatizar as pessoas com deficiência no âmbito escolar e a educação inclusiva nesse espaço. Assim, encontramos apenas três artigos versando sobre o tema.

A seguir, vamos analisar e discutir os três artigos, como estão sendo abordado os temas, em qual deficiência está sendo abordado, seus objetivos, metodologia, resultado e a conclusão, mostrando assim o que vem sendo estudado após 10 anos da convenção e que temas podem ser abordados no futuro em trabalhos posteriores.

#### 4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A inclusão das pessoas com deficiência é bastante discutida em vários âmbitos sociais. Dentro desses, temos o da educação, onde podemos observar como as pessoas com deficiência estão sendo inseridas na sala de aula. A literatura mostra que no decorrer dos séculos as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade e a maioria não frequentava escola, fazendo com que no fim do século XX e começo do século XXI, elas comecem a serem inseridas em escolas regulares e assim começa a se pensar em como trabalhar com esses alunos dentro da escola.

Um dos documentos que garante a educação de qualidade e com dignidade para as pessoas com deficiência é a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que no ano de 2016 completou 10 anos. Assim, vamos discutir abaixo os artigos encontrados 10 anos após a convenção sobre alunos com deficiência dentro do ambiente escolar e observar o que tem sido implementado da convenção dentro dos artigos.

Para iniciarmos a análise e discussão dos artigos, enfatizamos que encontramos três artigos, onde um autor possui doutorado, três autores com mestrado e um com graduação; isso mostra que a pesquisa está em várias áreas acadêmicas, tanto na graduação quanto no doutorado e mestrado, evidenciando que o interesse em saber sobre a educação das pessoas com deficiência é algo que vem ocorrendo em vários níveis acadêmicos.

Vamos apresentar os artigos encontrados e selecionados em formato de tabela, onde contém o título, autor, objetivo, metodologia e conclusão, para que assim possamos compreender melhor do que se trata cada artigo.

O primeiro artigo da Revista Inclusiones foi encontrado e selecionado no volume 3, número 1, jan-março de 2016, tendo como título Alfabetização em Leitura e escrita em pessoas com deficiência intelectual (Tradução nossa). Neste periódico foi encontrado somente este trabalho voltado para a inclusão escolar na educação básica.

Tabela 1: Artigo I selecionado na revista Inclusiones

TÍTULO	AUTOR	OBJETIVO	METODOLOGIA	CONCLUSÃO
Alfabetización en lectura y escritura em personas em	Angelica Maria Miranda	Analisar as competências em compreensão	Quantitativa sendo o escopo é exploratório-descritivo.	Ao analisar os resultados obtidos pelos alunos

situación de discapacidad intelectual	Castillo	de leitura, produção de texto e gerenciamento de idiomas em alunos com deficiência intelectual inseridos em escolas especiais da região de Los Lagos, no Chile.		inseridos nas escolas especiais nos níveis básicos e oficinas, percebe-se que dos 103 anos avaliados, 57 não sabem ler, estando no segundo nível de transição o que corresponde a 55% dos alunos.
---------------------------------------	----------	---	--	---

Fonte: Autoria Própria (Tradução nossa, 2019)

Podemos observar na tabela 1 que a autora se preocupou em verificar como os alunos com deficiência intelectual da região de Los Lagos – Chile, estavam compreendendo a leitura e escrita. A autora analisou 103 alunos, sendo 40 mulheres e 63 homens de 4 escolas especiais, sendo duas escolas municipais e duas escolas particulares, todas de níveis básicos; tendo os alunos a faixa etária de 8 a 24 anos, separados por ciclos de ensino. Em seus resultados ela utilizou de um teste individual para descobrir em que níveis os alunos estavam, descobrindo que 55% dos alunos não conseguem ler, estando em um nível de jardim de infância.

Sabemos que a Convenção Internacional afirma que as pessoas com deficiência devem receber o apoio necessário que facilite sua efetiva educação. Castillo (2016, p. 141) reafirma essa preocupação no seguinte trecho “necesitan un aprendizaje específico que supone la consecución de unos objetivos”, ou seja, os alunos precisam de um aprendizado específico que envolva a conquista de objetivos, mostrando que o aprendizado precisa ser pensado para os alunos com deficiência intelectual para que assim eles consigam avançar na leitura e escrita.

Castillo (2016) mostrou que 10% de seus alunos se encontravam em um nível de leitura e escrita no nível 3 e 4 e 35% tem um pouco de conhecimento da leitura e interpretação de texto, porém, não tem a consciência fonológica totalmente desenvolvida, mostrando que é possível os alunos com deficiência mental alcançar um nível mais alto na leitura e escrita, fazendo assim com que os 55% tenha habilidades para alcançar este nível; entretanto, para que isso aconteça é necessário, de acordo com a Convenção Internacional, que faça adaptações de acordo com cada necessidade.

Um aspecto importante a destacar são os enfoques atuais para o ensino de leitura e escrita que indicam que a aprendizagem dessas habilidades devem ser em contextos reais significativos para os meninos e meninas, onde se privilegiam as diferentes tipologias textuais, incluindo os textos autênticos de seu entorno imediato, além de revisar os métodos que se utilizam para aprendizagem formal privilegiando o fonético marcha ascendente, que para os estudantes com deficiência não é o mais indicado porque divide a

linguagem em unidades sem sentido, o que dificulta o acesso e progresso em leitura. Exige com urgência que tenham oportunidades para acessar os diferentes tipos de textos que os ajudem em sua inserção na sociedade, como ler um jornal, ler um contrato, uma votação, entre outros. (CASTELLO, 2016, p.142, Tradução nossa)

Neste trecho podemos observar que a autora se preocupa na forma que está sendo ensinado aos alunos com deficiência mental, pois acaba sendo algo nada significativo, mostrando que apesar de ter passado 10 anos da convenção internacional, as salas de aulas ainda não estão adaptadas para trabalhar com alunos com deficiência, mostrando que o ensino ainda não é para todos e nem existe a qualidade de ensino e condições iguais para todos.

O segundo artigo selecionado foi do volume 3, número 2, abril-junho de 2016, intitulado (traduzido) “A Reidentificação do sujeito excluído: uma perspectiva de inclusão educacional baseada no uso e apropriação de novas tecnologias” sendo, também, o único a abordar a temática de inclusão dentro do ambiente escolar deste número.

Tabela 2: Artigo II selecionado na Revista Inclusiones.

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>CONCLUSÃO</b>
La reidentificación del sujeto excluido: una perspectiva de inclusión educativa a partir del uso y apropiación de las nuevas tecnologías	Diana Fernanda Castaño Suarez E Johann Germán Garzón Garzón	tornar visível a importância de transformar as visões tradicionais de onde a inclusão é vista educação focada na deficiência e encaminhá-los para uma proposta de projeto uma visão de compreendê-lo a partir da diversidade, onde o sujeito ocupa o papel central pesquisa, com base em suas diferenças, capacidades e potencialidades, e em dessa forma, incorporar	Para obter o A informação foi utilizada em princípio, uma série de processos que permitiram a coleta de uma variedade de dados, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos no pesquisa	Após realizar uma análise criteriosa das informações coletadas, pode-se concluir que existe uma relação como triangulação entre a identidade do sujeito excluído (Surdos), inclusão educacional e uso e apropriação de novas tecnologias..

		novas tecnologias como agentes transformadores de a singularidade que cada sujeito		
--	--	--	--	--

Fonte: Autoria Própria (Tradução nossa, 2019)

Na tabela 2, podemos notar uma grande diferença entre assuntos do artigo I para o artigo II, pois neste discorre sobre tecnologias e pessoas com surdez. Esta pesquisa foi feita com 7 alunos com deficiência auditiva. Suarez e Garzón (2016) dividiram em etapas os seus achados, para em seguida analisa-los. As etapas foram as seguintes: história de vida; sequência narrativas ilustradas; explicação das narrativas autobiográfica; histórias coletivas; criação de personagens; historias nas mãos; criação de histórias com várias mãos. A segunda etapa, intitulada sequência narrativas ilustradas, foi uma adaptação da primeira, pois os autores observaram na primeira etapa que não tinham alcançado o objetivo, então ao colocar a história em quadrinho pode assim compreender o que os alunos estavam dizendo e chegando ao objetivo.

Neste momento, podemos observar que os autores perceberam que mesmo tendo interprete em sala de aula, suas expectativas e objetivos não tinham sido alcançados, fazendo com que procurasse uma adaptação. Quando isso ocorreu tivemos mesmo que institivamente a utilização da Convenção Internacional, pois nele fala sobre a adaptação de acordo com as necessidades e isso é o que a professora faz, uma adaptação para incluir as pessoas com deficiência auditiva em sala de aula.

Outro fator que inclui a Convenção internacional é o interprete da língua de sinais colombiana em sala de aula, mostrando que mesmo que a aula seja oralizada existe um interprete que ministra na língua de sinais colombiana, fazendo com que o aluno tenha um desenvolvimento acadêmico adequado e igualitário. O estudo mostra que após as quatro primeiras etapas, foi começando a criar os personagens onde eles tinham três aspectos: social, psicológico e físico, onde acabavam tendo as características de suas próprias experiências surdas ou ouvintes. Com isso foi criado um *facebook* chamado *Stories in Hanas* para cada personagem, com isso a Suarez e Garzón (2016, p.63) afirmou que “neste cenário reflexões virtuais propícias sobre como os surdos fazem uso de tecnologias e como através deles eles geram processos comunicativos e de socialização, desconhecidos até então, no cenário off-line, estávamos trabalhando”. Neste momento, a comunicação entre os alunos surdos e ouvintes acabaram quebrando barreiras e muros, fazendo com que seja algo que a Convenção Internacional também aborda que é ter à acesso cultura e ao lazer, e o *facebook* é uma forma de comunicação e lazer.

Podemos perceber que os autores procuraram utilizar das potencialidades de cada aluno e quando encontrou desafio, procurou adaptar para que assim existisse uma educação especial e inclusiva de qualidade, mostrando que a inclusão pode acontecer não somente nas aulas tradicionais, mas também com as tecnologias, mostrando que elas são ótimas ferramentas para trabalhar determinados conteúdos e fazer uma maior inclusão.

O último artigo foi selecionado no volume 3, número 3, julho-setembro de 2016, tendo como título “ A inclusão educacional de crianças com deficiência visual: o caso de uma instituição de ensino da cidade de Bogotá” (tradução nossa), sendo o único deste volume que aborda o tema escolar.

A seguir, na Tabela 3, apresentamos o terceiro artigo encontrado.

Tabela 3: Artigo III selecionado na Revista Inclusiones.

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>CONCLUSÃO</b>
La inclusion educativa de niños com diversidad funcional visual ciegos: el caso de una institucion educativa de la ciudad de Bogotá	Rusby Yalile Malagón Ruiz e Francia Restrepo de Mejia	Descrever e analisar alguns aspectos do cotidiano escolar e de sala de aula de uma instituição de inclusão educacional de crianças e jovens com deficiência visual na cidade de Bogotá, com base nas narrativa de alguns autores.	Narrativa e a técnica de entrevista semiestruturada de coleta de dados para professores de ciências naturais e matemática, formação de professores e alunos cegos do ensino médio	É visível que os professores entrevistados têm representações sociais da deficiência, neste caso a cegueira, centrada no déficit; as mesmas coexistem com representações que reconhecem as habilidades de crianças cegas, seus esforços e tenacidade para superar as dificuldades.

Fonte: Autoria Própria (Tradução nossa, 2019)

Neste artigo, os autores trabalharam com a deficiência visual, porém não somente com os alunos cegos, mas também com os professores de ciências naturais e matemática, sendo 4 professores, 4 graduandos em licenciatura em física e 3 alunos cegos, sendo 2 da sétima série e 1 da décima, tendo a faixa etária entre 12 a 16 anos.

Os autores observaram a inclusão em diferentes perspectivas, com o foco na deficiência visual. Para os professores formados foi possível observar que existe uma preocupação com a falta de capacitação sobre o tema e uma ênfase na importância que atribui à sua aprendizagem. Neste tópico, os autores perceberam que os professores precisavam de três aspectos:

Reflexão inicial sobre a graduação versus o que é a inclusão; prática pedagógica em cenários onde há inclusão educacional que permita que o futuro professor vivencie e experimente o que é a inclusão; y finalmente, estes relatos enfatizando a importância que tem o trabalho interdisciplinar com as áreas de formação dos docentes de apoio que acompanham os processos de inclusão: manuseio de sistema de leitura e escrita tátil braille, o material de tipologia e a adaptação de material didático (RUIZ e MEIJA, 2016, p.33)

Note que os autores se preocupam com uma formação adequada dos professores que trabalham com os alunos deficientes visuais. Desde 2006 na Convenção Internacional traz sobre capacitação dos professores sobre inclusão e como trabalhar na educação com alunos com deficiência. Conforme Brasil (2007, p. 29), “Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência.”

Assim, quando os autores abordam essa temática, percebemos que mesmo 10 anos após a Convenção Internacional, ainda falta a capacitação de professores para atuarem na educação especial e inclusiva, não somente na formação continuada, mas também na formação inicial.

A segunda percepção foi dos graduandos em licenciatura em física, mostrando uma percepção diferente dos professores de ciências naturais e matemática, pois, desde 2007, na Universidade Pedagógica Nacional, o Curso de Licenciatura em Física faz com que os estudantes tenham um estágio/treinamento em instituições que possuam alunos deficientes visuais e auditivos, fazendo com que acompanhe as aulas de matemática e física juntamente com esses alunos. Logo tem uma percepção maior de como trabalhar com esses alunos em sala de aula e compreende que as aulas devem ser adaptadas para todos os alunos e que existe diferença entre alunos cegos e baixa visão, fazendo assim com que procure trabalhar as habilidades de cada aluno.

Perceba que a inclusão dos graduandos dentro de um ambiente inclusivo começou a ocorrer em 2007, o ano que começou a vigência da Convenção Internacional, podendo ser essa inclusão por causa dela. Mesmo não sendo diretamente, mostra que está sendo incluído nos cursos de licenciatura uma formação mais inclusiva, trazendo os futuros professores um olhar sobre a inclusão e como trabalhar para incluir em suas aulas.

A última percepção foi dos alunos deficientes visuais. Eles começam relatando que em outras escolas eram bastante excluídos e se sentiam mal por isso, porém, nessa escola estão gostando por não serem excluídos em sala de aula, pois alguns professores fazem ler em voz alta, a participar na sala de aula, trazendo uma maior participação em sala de aula, contudo, falam de alguns professores que não falam nada, mostrando um ar de preocupação dos alunos por causas desses professores que não adaptam suas aulas.

Mostra que o processo de inclusão dentro da escola é difícil para todos, não somente para escola e professores, mas também para os alunos que estão sendo incluídos. Com a falta de conhecimento do professor pode ocorrer uma exclusão, fazendo com que o estudante se prejudique. Logo para a escola ser uma escola realmente inclusiva deve compreender e entender que todos alunos têm capacidade e habilidades que devem ser utilizadas para potencializar o processo de ensino e aprendizagem.

Podemos notar que os três artigos apresentam algumas sutis conexões sobre a inclusão escolar e com a Convenção Internacional, uma dessas conexões é a formação do professor mesmo que implicitamente, mostrando que mesmo passando 10 anos da Convenção Internacional, muitos professores não são capacitados para trabalhar com as diferentes deficiências que podem ser encontradas em sala de aula, fazendo com que tenha uma barreira no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Outra conexão que podemos notar em todos os três artigos é a questão da adaptação de acordo com cada necessidade educacional dos alunos, mostrando que mesmo não tendo uma formação adequada, compreende que cada aluno precisa de uma adaptação para que assim consiga ter uma melhor qualidade no processo de ensino e aprendizagem.

Mesmo sendo poucos artigos voltados para o ambiente escolar após 10 anos da Convenção Internacional Sobre o Direitos das Pessoas com deficiência, eles mostram informações e pesquisas em diversas áreas de ensino e são artigos importantes para futuros pesquisadores e professores que forem trabalhar com esses temas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nos artigos selecionados e discutidos mostram que no ano de 2016 vem sendo discutido temas dentro da educação especial e inclusiva, porém ainda com poucas pesquisas, mostrando que após 10 anos da Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência ainda tem muito o que ser estudado e discutido.

Sabemos que é abordado na Convenção Internacional a importância de se estabelecer a igualdade de condições entre pessoas com deficiência e as demais, mostrando ser um documento importante para a garantia da efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, onde podemos observar a garantia desses direitos nos artigos discutidos.

Os artigos apresentados nenhum abordou a Convenção Internacional de maneira explícita, mas podemos notar que existe uma influência, quando falam da adaptação em sala de aula, capacitar os professores e até mesmo de trabalhar com as habilidades dos alunos, mesmo que cada texto aborde deficiências diferentes, percebemos que todos apresentam limitações parecidas e que devem ser pensadas e trabalhadas para que no futuro isso possa não ocorrer mais.

Podemos observar que os três artigos selecionados nenhum são do Brasil, mesmo existindo publicações Brasileira na revista Inclusiones, no ano de 2016 nenhuma abordou o tema na educação básica, evidenciando que ainda é uma área de pouco pesquisada que pode ser trabalhada pelos futuros professores e pesquisadores.

Mas para que possamos ver daqui a 20 anos após a Convenção Internacional as escolas e professores devem estar capacitados para a inclusão dos alunos e saberem em que momento deve adaptar suas aulas ou arquitetura para receber todos os alunos. Porém, os países devem fazer o seu papel e ter uma maior fiscalização para ver se inclusão está mesmo ocorrendo, para que não aconteça de ficar somente em um papel esquecido.

Assim podemos concluir que após a construção deste trabalho que apesar de existir os direitos e garantias das pessoas com deficiência ainda existe diversas barreiras a serem enfrentadas, principalmente quando se trata da educação.

Mostrando que a inclusão se faz necessária e essencial para uma melhor qualidade de vida e que deve ser promovida em todas as situações, dentre elas no ambiente escolar, para que assim possam a cada dia estarem mais incluídos na sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Secretaria especial dos direitos humanos. 2007. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192) acessado no dia 15 de novembro de 2019 as 20h21m

BRASIL. **Decreto Nº 3956/2001**. Brasília – DF, 2001. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2001/D3956.htm> acessado no dia 16 de novembro de 2019 as 16h34m

BRASIL. **DECRETO Nº 5.296** de 2 de dezembro de 2004. Brasília-DF, 2004.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm) acessado no dia 16 de novembro de 2019 as 16h38m

BRASIL. **Decreto Nº 5.296**, 2 de dezembro de 2004. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm) acessado no dia 16 de novembro de 2019 as 16h20m

BRASIL. **DECRETO Nº 6.094**, DE 24 DE ABRIL DE 2007. BRASILIA – DF, 2007.

DISPONÍVEL EM: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm) acessado no dia 15 de novembro de 2019 as 19h23m

BRASIL. **DECRETO Nº 6.571**, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008. Brasília – DF.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm) acessado no dia 15 de novembro de 2019 as 19h03m

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96**.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) acessado no dia 10 de novembro de 2019 as 22h15m

BRASIL. **Lei nº 10.436/02**. Brasília-DF, 2002. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm> acessado no dia 16 de novembro de 2019 as 16h36m

BRASIL. **Lei Nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília - DF, julho, 2015. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) acessado no dia 16 de novembro de 2019 as 16h23m

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial – Mec; SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> acessado no dia 16 de novembro de 2019 as 16h32m

CASTILLO, A. M. M. **Alfabetización en lectura y escritura en personas en situación de discapacidad intelectual**. In: Revista Inclusiones. Vol. 3. Nº 1. Jan-março, Pág. 115 – 145, 2016. Disponível em: <http://www.archivosrevistainclusiones.com/gallery/7%20oficial%202016%20ene%20mar%20rev%20inc.pdf> acessado no dia 15 de outubro de 2019 as 9h16m

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

ONU. **CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**. 2006. Disponível em: <https://www.oab.org.br/arquivos/a-convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-comentada-812070948.pdf> acessado no dia 16 de novembro de 2019 as 16h40m

RUIZ, R. Y. M.; MEJÍA, F. R. de. **La inclusión educativa de niños con diversidad funcional visual ciegos: el caso de una institución educativa de la ciudad de Bogotá**. In: Revista Inclusiones. Vol. 3. Nº 3. Julho-set, Pág. 26 – 37, 2016. Disponível em: <http://www.archivosrevistainclusiones.com/gallery/2%20oficial%202016%20jul%20sep%20rev%20inc.pdf> acessado no dia 15 de outubro de 2019 as 9h58m

SUÁREZ, D. F. C.; GARZÓN, J. G. G. **La reidentificación del sujeto excluído: una perspectiva de inclusión educativa a partir del uso y apropiación de las nuevas tecnologías**. In: Revista Inclusiones. Vol. 3. Nº 2. Abril-Jun, Pág. 58 – 77, 2016. Disponível em: <http://www.archivosrevistainclusiones.com/gallery/3%20oficial%202016%20abr%20jun%20rev%20inc.pdf> acessado no dia 15 de outubro de 2019 as 9h23m

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Salamanca – Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> acessado no dia 10 de novembro de 2019 as 22h01m

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Para todos: Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien – Tailândia, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990> acessado no dia 10 de novembro de 2019 as 19h07m

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus que é fonte de sabedoria e força, proteja-me diariamente com amor e graça, ensinando o caminho que devo andar.

A concretização deste trabalho tornou-se realidade não apenas pelos meus esforços e dedicação, mas pela colaboração e incentivo a mim transmitidos por Deus, familiares e amigos.

Aos professores da UEPB nos diversos componentes curriculares, que com seus saberes contribuíram não somente com a minha formação teórica, metodológica e prática de ensino e aprendizagem, mas que culminou na dimensão pessoal e profissional.

A professora Marta Lúcia de Souza, professora Ligia Pereira dos Santos e o professor Eduardo Gomes Onofre pela oportunidade de mediar e apontar o caminho não só da escrita e leitura, mas de se preocupam na transformação social através da educação.

As amistosas amizades pessoais e significativas presentes sempre com disponibilidade, dedicação nesse período da minha existência.

A nova amizade que surgiu com esse trabalho e está sendo muito importante para mim, meu agradecimento à Ticiany Marques da Silva.

Aos coordenadores, equipe técnica e demais funcionários.

Ao meu Pai Benedito Marques de Oliveira e a minha mãe Maria Nazaré Gomes Oliveira, pelo amor, carinho, dedicação e por tudo que tem sido na minha vida, que Deus vos compense.

As amigas José Aroldo Rodrigues de Almeida, Cláudia Nascimento e Josélia Ferreira de Moraes que acompanharam todo esse meu percurso, além do apoio afetivo que muito me auxiliaram na dimensão de apoio psicológico e incentivo de realizar meus sonhos.

As minhas filhas Clara Cibelle Gomes Oliveira Cavalcanti e Bianca Gomes Oliveira Cavalcanti e ao meu filho Roberto Henrique Oliveira.